

A INCLUSÃO ESCOLAR NO DISCURSO DA MÍDIA EDUCACIONAL ESPECIALIZADA DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Amanda Oliveira Guerra¹
Mariana Bezerra de Barros²
Ricardo Bruno Pontes Lins³
Dr. Fábio Delano Vidal Carneiro (orientador)⁴

INTRODUÇÃO

O trabalho tem por finalidade analisar a maneira pela qual a inclusão escolar é elaborada pela mídia impressa educacional. A inclusão de alunos com necessidade especiais e específicas tem sido tema controverso e gerado debates e embates sociais, midiáticos, econômicos e jurídicos, sem falar nos aspectos da sua implantação educacional. Sendo assim, nossa pesquisa coloca lentes de análise sobre a inclusão, esperando colaborar no esclarecimento dos posicionamentos em debate e, especificamente, elucidar a forma como a mídia educacional especializada aborda essa questão. Enquanto disseminadora de informações, discursos e ideologias, a mídia influencia a sociedade, os profissionais da educação e todos os interessados em educação. Tais atuantes sociais buscam nas páginas de revistas e jornais, nos sites da internet e em outras publicações informações de fácil acesso e entendimento a fim de formularem suas opiniões e até mesmo decisões pessoais e profissionais.

Em termos metodológicos, para atingir o objetivo do trabalho, analisamos dois periódicos de amplitude nacional de forma a detectar os artigos relacionados

¹ Aluna do curso de graduação em Pedagogia da UNI7. <amandaguerra87@hotmail.com>.

² Aluna do curso de graduação em Pedagogia da UNI7.

³ Aluno do curso de graduação em Pedagogia da UNI7.

⁴ Doutor em Linguística. Professor do curso de graduação em Pedagogia da UNI7.
fabiodelano@7setembro.com.br

ao tema da inclusão escolar. Os artigos foram coletados nos exemplares publicados nos anos de 2014 a 2018 de ambas as publicações.

Os exemplares analisados foram em número de 75 exemplares, sendo 35 da revista A e 30 da revista B. Constaram do banco de dados, 675 artigos, com uma média de 9 artigos por revista. Só foram analisados os artigos dos gêneros reportagem e artigo de opinião, por serem os principais gêneros tratados nos dois periódicos analisados.

Após a coleta dos artigos que serviram como fonte primária, foi realizada a análise discursiva e enunciativo-temática de cada artigo, procurando-se estabelecer padrões comunicativos, argumentativos e enunciativos (CARNEIRO, 2011), permitindo uma análise longitudinal dos posicionamentos presentes em cada artigo, tomado individualmente e também em conjunto.

REFERENCIAL TEÓRICO:

Conforme argumentamos na introdução, a inclusão escolar é uma questão controversa e delicada na sociedade brasileira. Após a promulgação da lei **Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015)**, que foi criada em 6 de julho de 2015 e entrou em vigor em 2 de janeiro de **2016**, o debate tornou-se ainda mais acirrado, pois as escolas privadas foram obrigadas a aceitar alunos com necessidades especiais sem cobranças extras. A legislação brasileira tem como fim resguardar o direito aos alunos que possuem algum tipo de necessidade especial se socializem e interajam com os demais na escola, que sejam tratados com igualdade e desenvolvam e amadureçam suas inteligências. O sistema público já acolhia essas crianças, embora com muitas deficiências. (SOUZA, 2017).

Segundo a literatura científica inclusão escolar consiste numa proposta que visa garantir a escolaridade em todos os ensinos para alunos de escola pública e privada. O que está explicitamente gravado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é como as escolas públicas e privadas devem lidar com a inclusão escolar, bem como dispõe da educação básica para todos, sem distinções e visando uma cidadania justa e igualitária

RESULTADOS

Dentre todos os artigos publicados por ambas as revistas, quatorze tratavam do tema da inclusão escolar. Destes quatorze artigos analisados, quatro tratavam a inclusão como uma política pública geral, assuntos gerais relacionados ao tema; três relacionados aos métodos relacionado a didática da inclusão, ou seja, de como ela é implantada e avaliada na escola por professores na sua prática; três que tratavam dos comprometimentos específicos das crianças; dois que estão relacionados a avaliação na inclusão, e um referente ao papel do professor. Diante desses dados concluímos que a dimensão da implantação e prática da inclusão na escola foi a mais abordada nas fontes analisadas.

Apresentamos a seguir uma síntese das reportagens e artigos analisados.

QUAL É A SUA LÍNGUA?

No discurso das revistas pesquisadas podemos perceber que a escola bilíngue e a escola inclusiva ainda geram diversas controvérsias e dificuldades a serem combatidas. Uma vez que, para que tais modelos educacionais fossem implementados a formação dos professores deveria ser mais completa e inclusiva. Desta forma, verifica-se que Libras é componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura para qualquer área, porém a carga horária obrigatória não se caracteriza suficiente para obtenção da fluência dessa, conforme expõe Leandro Quintanilha.

É sabido ainda que, por mais necessário e importante seja a formação continuada nesses casos, não é fácil iniciar um processo de especialização em educação inclusiva para professores e gestores, explica Arlete Marinho Gonçalves, professora da disciplina Concepções e Métodos de Ensino de Surdos do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. Tendo em vista que, além de ser um custo para o Estado fornecer tal formação, nem todos da área, ao se graduarem, possuem condições financeiras, e/ou nem mesmo tem interesse em abranger seus

conhecimentos perante tal segunda língua. Para muitos é essencial, e para outros desnecessário, infelizmente é uma realidade que vivemos.

Diante disso, o redator preconiza a importância de presenciarmos casos como o município paulista de São Carlos, que tomou uma iniciativa muito inovadora ao conseguir manter duas escolas bilíngues em seu município, trazendo diversos benefícios e melhorias para a sua população seja para por fim no preconceito de famílias que não possuem parentes surdos, seja para potencializar o ensino dos alunos surdos. A fonoaudióloga Micheli Toso fala que, todos os alunos surdos cujas famílias procuraram os estabelecimentos foram acolhidos, o que é saldo positivo para tal ação.

Estudantes e autistas

NE 278 dezembro 2014/Janeiro 2015

O autismo é uma síndrome que interfere no desenvolvimento em especial na parte da comunicação, socialização e comportamento, conforme enaltece Izabela Barbosa do Rego Barros, pesquisadora na área de aquisição e desenvolvimento da linguagem, com ênfase em autismo. A pesquisadora relata quão difícil e delicado é fazer um acompanhamento com um aluno autista, tendo em vista que, além da dificuldade de inclusão escolar devido a diversos aspectos internos e externos, ainda tem o fator da competência da escola, não ser o de diagnosticar, e sim o de trabalhar em paralelo com a equipe multidisciplinar para o caso em questão.

Vale mencionar então, os três casos observados e acompanhados pelos professores Clarissa Sombrio, Mara Brum e Genivaldo Rafael Mourão de Almeida. Eles dão relatos da rotina diária de alunos autistas, como lidar e quão desafiador é conquistá-los e conhecê-los melhor. O que fica bastante claro é que as estratégias de ensino e a interação social são de extrema importância nesse processo, tanto para ajudar no amadurecimento, companheirismo e noção de inclusão social para os demais alunos, quanto para o próprio aluno com a síndrome se sentir acolhido e compreendido. Nesses casos, percebe-se como é importante a participação da família em conjunto com a escola, pois nesse processo de desenvolvimento e socialização a família tem que estar ciente que o autista irá passar por diversas

fases emocionais, de aprendizado e de mudanças, na maioria das vezes positivas para o processo.

Por trás do laudo existe um aluno

NE 305 Setembro 2017

“A proposta era focar no potencial do menino e deixar de lado o suposto problema” (Annunciato, Pedro), foi assim que o escritor do texto transcreve a especial ajuda da colega de escola de Cinthia Vieira Brum, professora da EMEF. Cinthia, no início de sua carreira, se depara com uma situação não esperada de receber um aluno com comportamentos diferentes ao que estava acostumada a lidar. Sem muita experiência na área, ela resolve observar e estudar estratégias de ensino para conseguir lidar com o aluno, pois o seu objetivo era entender o seu comportamento perante a escrita, e auxiliá-lo nesse processo tão importante que é a alfabetização. Aos poucos, a professora percebeu que o menino era sim capaz de alcançar o que lhe era exigido, e que tudo era uma questão emocional envolvida, ou seja, se a Cinthia não estivesse ficado atenta as peculiaridades de seu aluno e em olhar para o seu potencial, ela teria focado apenas nas suas dificuldades e buscado um diagnóstico e comprometendo todo um avanço no processo de desenvolvimento que só tinha a evoluir.

Há muito o que ser discutido e chamado atenção na questão dos diagnósticos precoces nas escolas, uma vez que, como bem afirma Pedro Annunciato: “Atender casos que envolvam questões de saúde é uma tarefa desafiadora”. Como enaltece Erasmo Barbante Casella, chefe da Universidade de Neurologia do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas de São Paulo, :”O melhor seria que médicos, psicólogos e fonoaudiólogos mantivessem com os professores um diálogo próximo e constante. Mas são raras as visitas à escola. Então, o médico precisa fazer um acompanhamento a distância e contar com a família”. Com isso percebe-se a complexidade dessa comunicação entre a equipe multidisciplinar, a família e a escola por trás desse aluno, que é a principal vítima desse processo. Não devendo nunca ser tido como vítima, mas quando a situação perde o controle e não há uma colaboração das partes, não há harmonia, quem

sofre é o aluno, aquele que deveria estar só se beneficiando com essas três bases para que ocorra a inclusão social e escolar em sua vida.

Ainda na mesma oportunidade, cabe ressaltar que, o professor encontra-se numa posição de pilar para esse aluno, então se o educador se posicionar de forma insegura e/ou displicente, ele irá fracassar no desempenho de sua função, que é promover e mediar o ensino-aprendizagem da forma mais benéfica, eficaz e construtiva possível. Com isso, conforme afirma a especialista Maria da Paz: “o educador não precisa esperar o documento para pensar nas estratégias de sala de aula”, ou seja, o laudo médico irá nortear algumas das causas e consequências comportamentais daquele sujeito, mas só o educador é capaz de desenvolver estratégias dentro de sala de aula para desenvolver pedagogicamente e socialmente aquele aluno.

O papel do professor na inclusão

NE 290 março de 2016

A entrevista que teve como foco Meire Cavalcante, consultora, formadora de professores e coordenadora demonstra o interesse da mesma para compreender o aspecto conceitual, que fundamentava a Educação inclusiva, isso transformou o modo como ela observava o mundo. Depois de muitas pesquisas e estudos na área de inclusão social e práticas pedagógicas inclusivas acabou sendo vencedora de importantes prêmios.

Notou que apesar de todos os esforços voltados para aplicação na prática da inclusão social tanto nas escolas públicas quanto privadas a mídia e os meios de comunicação não mostravam isso ao público e as reportagens e matérias sobre o assunto eram escassos, foi então que seu papel ganhou mais peso quando começou a realizar palestras sobre o assunto melhorando a luta pela igualdade desses alunos discriminados.

Já analisando a questão inclusão social em outra ótica, Leandro Beguoci, diretor editorial e de produtos menciona a verdadeira função do professor que é de educar e comenta que na maioria das vezes as escolas apenas usam como saída a

apresentação de laudos médicos e encaminhamentos sem ao menos tentarem outra estratégia educacional para uma possível evolução do aluno.

Apesar das dificuldades apresentadas por esses alunos e suas deficiências Leandro afirma que é preciso acreditar numa verdade simples: todos os alunos possuem a capacidade de aprender. Cada um no seu ritmo, mas podem.

O professor mais uma vez tem a responsabilidade de ensinar e guiar a turma com ou sem alunos especiais, é ele quem domina a didática, somente ele poderá observar os dons dos alunos e potencializa-los fazendo com que o leque de oportunidade desse aluno aumente e ele se saia bem sucedido.

Resumo: Didática da Inclusão

EDU 228 Ano 19

Na reportagem sobre inclusão na prática as análises sobre os primeiros indícios de discriminação nos Estados Unidos contra negros, homossexuais e mulheres nos anos de 1960 foram o ponto inicial para refletirmos sobre inclusão social e se espelha bastante com a dificuldade atual de lidar na prática com estudantes que possuem transtornos e outras deficiências específicas nas escolas.

Apesar das dificuldades segundo o Censo Escolar da Educação Básica as matrículas de estudantes com deficiência cresceu em torno de 160%, esses números mostram um quadro positivo, entretanto esses alunos apenas frequentam a escola apenas para socializar-se e não consegue com êxito uma melhora ou evolução no quadro cognitivo ou social.

A falta de condições tanto de estrutura e equipamentos específicos como de profissionais gabaritados para tal prática estão entre as maiores dificuldades na solução do problema da inclusão social de alunos nas instituições. “Os alunos vão a essas salas uma ou duas vezes por semana, onde permanecem por, no máximo, duas horas”. relata. Renata Garcia, coordenadora do Núcleo de Educação Especial da Secretária Municipal de Educação.

Outra questão importante levantada por Maria Teresa Eglér, professora de pós-graduação em educação na Unicamp é que a escola atual trabalha com um

modelo único de aluno e se baseia com atividades numa capacidade média de aprendizagem, os alunos que escapam desse modelo fixo são considerados diferentes. Dessa forma os professores buscam essa média automaticamente e excluem os que não conseguem acompanhar a turma.

O atendimento Educacional Especializado tem como finalidade reverter esse quadro da gestão atual oferecendo um contraturno em uma sala de recursos multifuncionais equipada com materiais didáticos e equipamentos tecnológicos.

Outro grande fator que impulsiona a desigualdade é o nível de capacitação dos professores, pois de nada adianta termos um grande aparato tecnológico quando as pesquisas apontam que muitos professores de AEE reconheceram o despreparo para atender todas as deficiências e uma das prováveis razões para isso é o fato de a maioria ser graduada em pedagogia ou psicopedagogia e não em educação especial.

AVALIAÇÃO NA INCLUSÃO

Ao se tratar de Educação Inclusiva, não se pode descartar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que entrou em vigor em janeiro de 2016, que traz a educação às crianças com necessidades especiais como obrigatória. Para que se pense em avaliação, é necessário refletir inicialmente e por em prática a capacitação dos profissionais envolvidos nesse processo. Mas como mensurar o aprendizado do aluno com deficiência? São alguns dos questionamentos lançados em uma reportagem de agosto de 2014, na qual é salientado que, para que esse processo ocorra com êxito, o processo avaliativo dessas crianças deve ser adaptado e desenvolvido com especificidade, com foco em uma avaliação que se realize conforme as possibilidades de cada um. É proposto um rompimento do modelo unificado, como uma avaliação flexibilizada e metas personalizadas, procurando ter como parâmetro e referência, sempre o próprio aluno, e não o nível de aprendizagem dos demais.

Um dos instrumentos lançados na matéria foi a avaliação assistida, chamada também de avaliação interativa. Esta, avalia o processo de aprendizagem pelo qual o aluno passa, não avaliando somente os resultados apresentados por ele, ou seja,

uma avaliação feita por etapas, levando em consideração os conhecimentos prévios da criança. Nesse caso, os redatores colocam o professor com a função de mediar esse processo, proporcionando ao aluno uma interação direta entre o desenvolvimento da criança e as interações sociais a que ela está exposta.

A inclusão como política pública geral

NE 288 dezembro 2015/janeiro 2016

A entrevistada Meire Cavalcante, mestre em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) analisa a repercussão na sociedade e na escola dos alunos que possuem suas especificidades mais aguçadas precisando de uma educação especial. Ela afirma que o convívio de tais estudantes em sala de aula possui dificuldades em serem vistos como algo positivo, pois as diferenças só tem a engrandecer no desenvolvimento e na aprendizagem dos sujeitos, os estimulando a visualizarem novas situações de ensino, de socialização, entre outros.

Diante disso, ressalta-se, mais uma vez a função primordial do responsável pela sala de aula, pois esse será o mediador e incentivador para que a classe desenvolva estímulos e ações fraternas de um convívio maduro e saudável entre si.

Na reportagem há diversos relatos de professores a respeito do universo da inclusão escolar, que após estudarem e participarem ativamente desse processo perceberam e comprovaram quão agregador é para a sociedade e escola, principalmente quando trabalham em equipe.

Resumo A polêmica da inclusão.

EDU 219 ano 19

A reportagem em destaque analisa a discursão de algumas tomadas de decisão de uma escola na província de Buenos Aires, algumas das inovações são eliminar as notas de 1 a 3, passando a menos nota para 4 e estabelecendo a nota 7 como o mínimo para aprovação, além disso protelar a aprovação em algumas matérias para o ano seguinte conhecido no Brasil como dependência, unifica os dois primeiros anos, permite a admissão de alunos na série que corresponde à sua [v. 8, n. 1, 2018: Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da UNI7](#)

idade e oferece formas alternativas para escolher “abandeados” alunos que tem como prêmio carregar a bandeira representando seu país.

No novo modelo implantado pela escola causou polêmica dividindo os especialistas, a divisão se dá entre aqueles que veem nas medidas um relaxamento das exigências acadêmicas que redundaria numa inclusão sem qualidade e, de outro lado, os que defendem as medidas como avançadas e em sintonia com o que vem ocorrendo em outros sistemas educacionais latino-americanos.

Gustavo Iaies, diretor da Fundação Centro de Estudos em Políticas acredita que a reforma avança para um mau entendimento do que seja inclusão. “A Argentina tem altos índices de inclusão na escola primária, o problema é que perde muitas crianças no caminho. Nas atuais condições a escola não é uma instituição em que elas permaneçam para aprender, nosso problema não é deixar de agir, mas melhorar as condições de permanência e ensino”.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Daniela. **A inclusão na perspectiva de escolas públicas e privadas.** Acesso em 10 mai. 2018 disponível em: <<alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/.../sem03/COLE_3598.pdf>>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>